FUNDAMENTOS SOBRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Polícia Comunitária seria um resultado de um estado de consciência das pessoas, dos policiais e da comunidade solidariamente.

Coronel PMESP Hermes Bittencourt Cruz

Conceitos e Definições

A idéia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico e advogado local; ou o comerciante da esquina; enfim dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto realiza um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

O policiamento comunitário é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que freqüentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.

Um serviço policial que se aproxime das pessoas, com nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela freqüência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã, pode parecer um ovo de Colombo (algo difícil, mas não é). A proposta de Polícia Comunitária oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum.

ROBERT TROJANOWICZ¹ em seu livro **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: COMO COMEÇAR** faz uma definição ampla do que é policiamento comunitário: É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

A Polícia Comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz não incumbem apenas à polícia, mas, também a todos os cidadãos.

Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los.

¹TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. *Policiamento Comunitário: Como Começar*. RJ: PMERJ, 1994, p.04.

Diferenças Básicas do Policiamento Tradicional com o Policiamento Comunitário

POLICIAMENTO TRADICIONAL	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
<p>A polícia é uma agência governamental responsável principalmente pelo cumprimento da lei;</p> <p>Na relação entre a polícia e as demais instituições de serviço público, as prioridades são muitas vezes conflitantes;</p> <p>O papel da polícia é preocupar-se com a resolução do crime;</p> <p>As prioridades são por exemplo roubo a banco, homicídios e todos aqueles envolvendo violência;</p> <p>A polícia se ocupa mais com os incidentes;</p> <p>O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta;</p> <p>O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios;</p> <p>A função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais;</p> <p>As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular;</p> <p>O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo 2 % da população residente ali onde “todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prova em contrário”;</p> <p>O policial é o de hora;</p> <p>Emprego da força como técnica de resolução de problemas;</p> <p>Presta contas somente ao seu superior;</p> <p>As patrulhas são distribuídas conforme o pico de ocorrências.</p>	<p>A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos;</p> <p>Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsável pela qualidade de vida da comunidade;</p> <p>O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção;</p> <p>A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem;</p> <p>As prioridades são qualquer problema que esteja afligindo a comunidade;</p> <p>A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos;</p> <p>O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público;</p> <p>O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade;</p> <p>A função do comando é inculcar valores institucionais;</p> <p>As informações mais importantes são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos;</p> <p>O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras;</p> <p>O policial emprega a energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho;</p> <p>Os 98% da comunidade devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial;</p> <p>O policial presta contas de seu trabalho ao superior e á comunidade;</p> <p>As patrulhas são distribuídas conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja 24 horas por dia;</p> <p>O policial é da área.</p>

Com certeza o policiamento comunitário estimula o retorno às origens da própria instituição, que é o de agência promotora do bem estar social, dentro de limites democráticos de lei e ordem, propiciando integrar coletividade e órgãos públicos. Seguidamente ouvimos dizer que o policial é a representação física do Estado sempre onde se faz presente. Esta visão deve ser enriquecida com o pensamento voltado para que esse profissional seja o instrumento social de interação do Governo e da comunidade.

O policiamento comunitário, portanto, é uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial patrulha e trabalha na mesma área numa base permanente a partir de um posto descentralizado, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas. O que se mostra não é a incompatibilidade do policiamento comunitário com o modelo de policiamento ostensivo utilizado no Brasil mas, sim, o policiamento de resultado, pressionado pelos anseios políticos, objetivando a adequação de políticas públicas e de planejamento estratégico estabelecido pela Corporação, associado ainda a valores culturais existentes, sejam Governamentais, Institucionais ou Sociais.

As Organizações Sociais e a Polícia e a Polícia Comunitária

O sucesso da Polícia Comunitária, na visão de **ROBERT TROJANOWICZ**, e indicado por diversos pesquisadores, depende de segmentos representativos da comunidade que irão participar diretamente da melhoria da atividade policial na localidade onde atua. Estes órgãos são identificados em seis grandes grupos:

organização policial;

a comunidade;

autoridades constituídas;

a comunidade de negócios;

as instituições comunitárias; e

os veículos de comunicação.

A Organização Policial

A organização policial exerce papel fundamental no sistema de Polícia Comunitária, pois ela tem que assimilar e se comprometer com o novo sistema, criando um consenso que envolva do mais importante comandante até o soldado que está na linha de frente. A organização tem que construir laços de confiança com a comunidade, fortalecendo os cidadãos em geral no processo de parceria, e o lugar onde vai se aperfeiçoar essas habilidades é dentro da Polícia Comunitária. Deve ser analisado o sistema existente de recompensas e criar um novo, para reforçar os conceitos de Polícia Comunitária. As pessoas costumam reclamar que é difícil implantar a Polícia Comunitária em razão das dificuldades de meios e de pessoal existentes.

Entretanto, se for realizada uma análise detalhada, será verificado que, mesmo fora dos horários de maior incidência de ocorrências, existem intervalos entre os atendimentos que permitem a prática do policiamento comunitário. É essa a saída, pois os moradores de São Paulo acreditam no restabelecimento do vínculo de confiança e colaboração, pois apontam caminhos para recuperar a eficiência e resgatar a imagem.

A Comunidade

A comunidade é a grande beneficiada no processo ao receber um Policial Comunitário, e os grandes perdedores são os marginais. Há necessidade de educar e preparar a comunidade para ajudar os policiais e esclarecê-la para entender o sistema e o estabelecimento de prioridades, para, de um lado, não efetuar críticas destrutivas, e, de outro, auxiliar na melhoria a qualidade do serviço. Nos locais onde existem lideranças civis (Lions, Rotary, Maçonaria, etc.), estes devem esclarecer como é o funcionamento da polícia, como são priorizados os atendimentos e orientações preventivas de segurança e motivação para participar da sua autoproteção.

Autoridades Constituídas

A Polícia Comunitária deve envolver todas as autoridades constituídas (deputados, prefeitos, vereadores etc.), inclusive aquelas que, por suas ações no dia-a-dia, se posicionam como opositoras, convidando-as, por intermédio dos líderes comunitários a participar das reuniões.

A ação da polícia deve ser apolítica, não interessando partido ou ideologia. Os membros da comunidade e os Policiais Comunitários devem conviver bem com os políticos locais, mostrando a importância social da polícia comunitária. Afinal, Polícia e Política tem a mesma origem, mas não devem se misturar.

Comunidade de Negócios

O envolvimento da comunidade de negócios pode fazer a diferença entre a aceitação e a resistência.

Quando os homens de negócios são orientados sobre o programa, geralmente orientam seus funcionários a participarem e, às vezes, até os cedem para apoio em algumas atividades. Eles podem se tornar uma boa parte de apoio material para a base de segurança comunitária.

O processo de planejamento que ignorar as preocupações e contribuições da comunidade de negócios poderá enfrentar vários problemas no futuro. A discussão do assunto com esse grupo, esclarecendo a necessidade das medidas adotadas, elimina ou ameniza as resistências que normalmente ocorrem quando são tomadas unilateralmente.

Porém na relação com a comunidade de negócios, é preciso deixar claro e transparente o interesse social da atividade de policiamento, não privilegiando interesses comerciais ou particulares, que podem provocar descrédito e desconfiança.

O importante é agir com a visão econômica do delito, ou seja, o criminoso procura agir em locais onde haja um centro comercial e financeiro bastante desenvolvido e procurado. O policiamento comunitário nestas áreas terá por objetivo maior diminuir a incidência de crimes. Diminuindo esta incidência, a comunidade de negócios passará a acreditar no policiamento, iniciando a parceria. Exemplos como o Centro Vivo e a Ação Local, da Capital Paulista, demonstram bem como resultados preventivos favorecem e aproximam a ação da polícia.

Instituições Comunitárias

As participações das instituições comunitárias são de fundamental importância para a educação da população e também para a adequação dos serviços de outros órgãos, visando melhor servir à comunidade. É inquestionável as possibilidades das instituições comunitárias, pois já vivem para servir, e

geralmente seu aspecto voluntário é altamente produtivo no sentido de buscar soluções para os problemas locais.

As atividades de policiamento comunitário neste aspecto não devem ter resistências em receber ajuda ou opiniões destas entidades, pois, deiferente da comunidade de negócios, as contribuições serão de caráter humilde pelas próprias características locais. O preconceito religioso e racial não podem fazer parte em nenhum momento deste processo.

Veículos de Comunicação

Na natural disputa entre os veículos de comunicação, o enfoque pró-ativo de Polícia Comunitária pode criar na organização policial a oportunidade de contar com o apoio da imprensa para educar o público. É preciso aproveitar melhor os espaços disponíveis na pequena e média imprensa, jornais de bairro e rádios locais, pois estes podem auxiliar, sobremaneira, o trabalho de Polícia Comunitária. O grande desafio é quebrar os paradigmas da mídia em relação à polícia.

BASES DO MODELO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA EM DESENVOLVIMENTO EM SÃO PAULO

Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da Paz e a observância da Lei da Comunidade, não é somente da Polícia. É necessário uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los.

Patrick V. Murphy

Princípios de Robert Peel e o Modelo Implementado na Inglaterra a partir do século XIX

As atividades de Polícia Comunitária que estão sendo implementadas em São estão fundamentadas na doutrina estabelecida no século XIX e as melhores experiências mundiais: a do Canadá e a do Japão.

Em 1829, na Inglaterra, com a criação da polícia londrina, surge o modelo policial, considerado a essência das polícias em todo o mundo na atualidade. Naquela época, Sir Robert Peel, primeiro ministro inglês criou 10 princípios que norteiam o exercício das polícias modernas até hoje:

A polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, debaixo do controle do governo;

A missão básica para a polícia existir é prevenir o crime e a desordem;

A capacidade da polícia realizar suas obrigações depende da aprovação pública de sua ações;

A polícia necessita realizar segurança com o desejo e cooperação da comunidade, na observância da lei, para ser capaz de realizar seu trabalho com confiança e respeito do público;

O nível de cooperação do público para desenvolver a segurança pode contribuir na diminuição proporcional do uso da força;

O uso da força pela polícia é necessária para manutenção da segurança, devendo agir em obediência à lei, para a restauração da ordem, e só usá-la quando a persuasão, conselho e advertência forem insuficientes;

A polícia visa a preservação da ordem pública em benefício do bem comum, fornecendo informações à opinião pública e demonstrando ser imparcial no cumprimento da lei;

A polícia sempre agirá com cuidado e jamais demonstrará que se usurpa do poder para fazer justiça;

O teste da eficiência da polícia será pela ausência do crime e da desordem, e não pela capacidade de força de reprimir esses problemas;

A Polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo, um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia.

Os papéis e o propósito da polícia inglesa em relação à sociedade, a partir dos princípios de Robert Peel, ficaram claramente definidos, sofrendo variações e adaptações à medida que eram implementados. No século XX.

Os primeiros comissários da Polícia de Londres expressaram que existam mais atividades para o policial além da prevenção do crime. Afirmavam: *todo membro da Força deve se lembrar que é seu dever proteger e auxiliar membros do povo, a ele deve olhar como um funcionário e guardião do grande público.*

O Canadá e a Polícia Comunitária

O policiamento comunitário surgiu no Canadá, devido à necessidade de modernizar o sistema policial e aproximar o serviço de polícia da comunidade. A Real Polícia Montada, criada em 1873 e um dos símbolos canadenses, iniciou este processo de modernização há aproximadamente 20 anos, caracterizado por um trabalho essencialmente democrático, respeitando as características culturais do povo. A implantação demandou medidas de natureza administrativa, operacional, e, principalmente, a mudança na filosofia de trabalho, com e reeducação de todos os policiais

Cada município possui seu sistema policial, que poderá ser próprio ou contratado junto à Real Polícia Montada do Canadá. Existem mais de 800 polícias municipais no Canadá. A atuação dessas polícias são normatizadas pela Real Polícia Montada que desenvolve cursos e estabelece normas de amplitude Nacional. Foi a principal responsável pela disseminação do policiamento comunitário em todo o Canadá. Sua credibilidade e respeito é mundial.

O policiamento comunitário canadense desenvolve um intenso relacionamento com a comunidade local, realizando diversos programas

O Japão e a Polícia Comunitária

Possuindo características muito diferentes do modo anglo-saxão, mas com os mesmos resultados, o Japão possui um sistema de policiamento fardado baseado na estrutura da Polícia Nacional Japonesa. Desenvolve um dos processos mais antigos de policiamento comunitário no mundo (criado em 1879), montado numa ampla rede de postos policiais, num total de 15.000 em todo o país, denominados KOBANS E CHUSAICHOS.

Os CHUSAISHOS (postos policiais onde o policial reside) localizam-se normalmente nos bairros residenciais de baixo índice de criminalidade, onde o policial trabalha com a participação da família. Realiza rondas comunitárias em diversos horários e quando não está presente no posto, o registro das ocorrências é feito por sua esposa, que recebe treinamento e ajuda de custo para tal missão, sem prejuízo dos seus afazeres domésticos. As despesas com energia, luz e água ficam por conta da prefeitura local. Os postos estão equipados com rádio, telefone, fax e computador. Atualmente existem cerca de 8.500 postos em todo o Japão.

Para se ter uma idéia da importância dada a esse sistema de policiamento comunitário, os KOBANS e CHUSAICHOS são os principais responsáveis pelo baixo índice de criminalidade, devido ao aspecto preventivo de sua atividade (por possuir o registro de todas as pessoas que convivem na área e sua propriedade) e a aproximação comunitária, interagindo sempre de forma participativa. Neste processo, a comunidade local determina e participa das decisões da polícia, discutindo inclusive seus procedimentos.

Deve-se considerar que a Polícia Nacional Japonesa possui um efetivo de 259.000 pessoas, das quais 222.500 policiais; (40%) estão destinados ao policiamento comunitário. Desses 40% (89.000 policiais), 65% estão colocados nos KOBANS E CHUSAICHOS, 20% no policiamento motorizado e 15% no serviço administrativo do Sistema.

O Policiamento Comunitário em São Paulo

Origens e Breve Histórico

O modelo de policiamento comunitário, como preconizado nos dias de hoje, foi introduzido no Brasil a partir da década de 80 quando as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Cidadã de 1988.

Em 1991 a Polícia Militar do Estado de São Paulo promoveu o I Congresso de Polícia e Comunidade, sendo este considerado o marco inicial da discussão sobre o tema

No mesmo ano a Polícia Militar do Rio de Janeiro inicia um programa piloto de Polícia Comunitária no bairro de Copacabana. Em São Paulo tal iniciativa tem início em Ribeirão Preto.

A partir dessa iniciativa diversos Estados Brasileiros vêm implementando modelos de polícia voltados a integração com a comunidade, com base na Polícia Comunitária e Polícia Interativa, seguindo o preceito Constitucional do artigo 144:

Segurança Pública, dever do Estado, Direito e responsabilidade de todos.

Dentro de uma visão de modernização democrática e política, o Governo Federal, a partir de 1996, implementou diversos programas nas áreas sociais. Um de considerável destaque foi o Programa Nacional de Direitos Humanos, que buscou estabelecer diretrizes para a melhoria da qualidade de vida no país. No programa foram incluídas metas que objetivam sistematicamente melhorar o desempenho e o relacionamento das polícias brasileiras com a sociedade, principalmente otimizando programas de polícia comunitária nos Estados:

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS²

PROPOSTAS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Proteção do Direito à Vida

Segurança das Pessoas

Médio Prazo

Apoiar as experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, que encarem o policial como agente de proteção dos direitos humanos;

²República Federativa do Brasil. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. BR: Min. Da Justiça, 1996,p.21.

Em 1997, ratificando o Programa Nacional, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Justiça e de Cidadania, implementou o Programa Estadual de Direitos Humanos, prevendo as seguintes atividades:

PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS³

Proposta de Ações para o Governo e para Sociedade

1. Construção da Democracia e Promoção dos Direitos Humanos

1.1 Educação para a Democracia e os Direitos Humanos

3. Desenvolver programas de informação e formação para profissionais do direito, policiais civis e militares, agentes penitenciários e lideranças comunitárias, orientados pela concepção dos direitos humanos segundo a qual o respeito à igualdade supõe também reconhecimento e valorização das diferenças entre indivíduos e coletividades.

3. Direitos Civis e Políticos

3.2 Segurança do Cidadão e Medidas Contra a Violência

131. Incentivar experiências de polícia comunitária, definindo não apenas a manutenção da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio mas também e principalmente a defesa dos direitos da cidadania e da dignidade da pessoa humana como missões prioritárias das polícias civil e militar.

O Comando Geral da Corporação, a partir de 1996, seguindo as diretrizes políticas do Governo do Estado de São Paulo, estabeleceu como meta Organizacional a implantação sistemática do Policiamento Comunitário, conforme ficou transcrita no **Plano Diretor⁴**, durante a gestão do Coronel PM Claudionor Lisboa (à época Comandante Geral da Polícia Militar Bandeirante):

PLANO DIRETOR DA POLÍCIA MILITAR – 1996/1999

FINALIDADE

Este Plano Diretor visa constituir as bases fundamentais das ações, atividades, operações e realizações da Polícia Militar, projetando-a no período de 1996 a 1999, tendo em vista as Diretrizes Governamentais para a Área da Segurança Pública.

Os anseios e necessidades da comunidade apontam para a busca da qualidade total no serviço público e o plano prevê as ações a serem desenvolvidas nos campos administrativo e operacional da Corporação, objetivando melhor atender à comunidade.

A preparação para o terceiro milênio pressupõe a valorização do homem, do conhecimento e a eficiência tecnológica na utilização dos meios indispensáveis ao provimento da segurança para o bem comum.

2. MISSÃO

Satisfazer as necessidades de segurança da comunidade quanto à incolumidade da pessoa e proteção do patrimônio, através da redução da incidência de crimes, proteção contra incêndios e emergências, bem como, atividades de defesa civil, participando do objetivo primordial do Governo de promover a qualidade de vida da população Paulista, obedecendo as seguintes diretrizes:

4. A Polícia Militar operará em função do cidadão e da comunidade.

3. OBJETIVOS GERAIS

³Governo do Estado de São Paulo. *Programa Estadual de Direitos Humanos*. SP: Secretaria da Justiça e cidadania, 1997,p.25.

⁴PMESP. *Plano Diretor da Polícia Militar do Estado de São Paulo*.SP: 1996, p.10-15.

- e. compreender que a prestação de serviços comunitários, sob as mais variadas formas de atuação, é o cumprimento de um dever que se sobrepõe a todos os interesses corporativos ou particulares;
- f. manter, com elevado espírito público, a dignidade nos atos, a moralidade e austeridade nas ações, sem transigir, jamais, com erro voluntário ou transgressão dolosa aos princípios que balizam a vida policial-militar;
- g. ampliar e manter o crédito e a confiabilidade que a população deposita, tradicionalmente, na Polícia Militar do Estado de São Paulo; e
- h. integrar-se à comunidade à qual presta serviços, para conhecê-la e dela tornar-se conhecida, diagnosticando seus anseios e necessidades reais e tomando-a como uma fiscalizadora de seus atos.

2º PARTE

DESENVOLVIMENTO

DIRETRIZ 1

1.3 Programa de Ampliação da Segurança

- levantar necessidades e implantar postos policiais de bairros, verificando as possíveis parcerias com guardas municipais;

1.3.2 Implantação de Postos Policiais-Militares

Resultado de pesquisa de “marketing” sobre os anseios da população quanto aos serviços prestados pela PM apontam que as pessoas querem ver a PM nas ruas, transmitindo sensação de segurança.

Em locais de grande afluxo de pessoas há necessidade do PM ter endereço certo, fixo, onde possa ser encontrado para oferecer auxílio, e de onde possa observar os passantes, prevenindo a ocorrência de delitos, segundo o princípio “locais onde a população é móvel o policiamento deve ser fixo”.

Compete à Polícia Militar, como polícia ostensiva e, portanto, preventiva, intensificar sua ação de presença nos locais de grande movimento de pessoas, procurando maior interação com a comunidade.

Diante do exposto pretende-se atingir as seguintes metas:

proporcionar a ansiada sensação de segurança à comunidade;

aumentar a ação de presença da PM nas ruas e principais logradouros públicos; melhorar a imagem da Corporação junto à sociedade.

Para atingir estas metas, a Polícia Militar adotará as seguintes medidas:

o CPM e o CPI deverão instalar postos policiais-militares- PPM (instalações físicas) em locais de grande movimento de pedestres, nas áreas das UOp subordinadas com o auxílio da comunidade;

os Postos Policiais-Militares – PPM deverão ser instalados em locais de grande concentração e movimentação de pedestres, eleitos após criteriosa avaliação técnica.

1.3.4 Parceria com o Município da Segurança

- desenvolver maior aproximação com os executivos Municipais através das OPM nele sediadas, visando incrementar a colaboração destes com a Corporação, formando um sistema de parceria compatível com o que cada município pode oferecer;

DIRETRIZ 4

A PM operará em função do Cidadão e da Comunidade

A Polícia Militar atuará para o atendimento das necessidades e anseios da comunidade, dispensando tratamento atencioso e respeitoso ao cidadão e criando canais para a participação comunitária na solução de seus problemas de segurança.

4.1.1 – Promoção Visual

*definir a postura do policial-militar junto à comunidade;
mostrar claramente que a Organização é única e, apesar de seu gigantismo, segue um mesmo padrão comportamental.*

4.1.3 – Comunicação com a comunidade

criar um serviço do tipo disque 0800 (telefone que o usuário não paga), para que nos sejam comunicadas reclamações ou sugestões da população;

4.1.5 – Campanhas para aproximar a Polícia e a Comunidade

esclarecer a comunidade do interesse comum da PM, que é a segurança, que por si só justifica a conjugação de esforços e o estabelecimento de uma parceria indissolúvel;

4.2 – Programa de Implantação e Atuação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)

4.3 – Programa de Participação de Corporação Junto a Entidades Civis

A Sistematização do Policiamento Comunitário em São Paulo –1997-1998

Em 30 de setembro de 1997, com a iniciativa e participação de diversos segmentos da sociedade Paulista e a determinação do Coronel PM Carlos Alberto de Camargo, à época Comandante Geral da Polícia Militar de São Paulo é criada a **Comissão de Assessoramento para Implantação do Policiamento Comunitário**, iniciando seus trabalhos, sob a presidência do Coronel PM Valdir Suzano.

Hoje a comissão conta com 52 entidades e desenvolve atividades descentralizadas nas unidades regionais da Polícia Militar, por intermédio das Comissões Regionais.

Medidas Implementadas em São Paulo (1997/1999)

Nestes dois anos a Comissão de Implantação do Policiamento Comunitário vem se reunindo periodicamente na sede do Quartel do Comando Geral, tendo realizado um total de quase 100 reuniões, onde foram feitas reuniões temáticas, palestras, apresentação de relatórios de atividades. Tem desenvolvido estudos, avaliações e acompanhamento de todos os processos em andamento bem como visitas a diversos locais. Essas atividades possibilitam sugerir inúmeros procedimentos, adotar mais de 200 medidas que vão desde o estabelecimento de perfis psicológicos par o profissional de polícia à introdução e ajustes de matérias de polícia comunitária, direitos humanos e relacionamento interpessoal.

ASPECTOS CONTEXTUAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

Os únicos demônios deste mundo são aqueles que estão em nossos próprios corações, e é aí que todas as nossas batalhas devem ser travadas.

Mahatma Gandhi

O Policiamento Comunitário é aplicável as condições nacionais de insegurança e violência. No Brasil, o que se questiona é se tais modelos, como apresentados, surtirão os mesmos resultados. Como sabido, as diferenças sociais são

discrepantes, mas com a flexibilidade e a possibilidade de adaptação própria do brasileiro, o que se constata é que a implantação de projetos de policiamento comunitário tem chance de atingir consideráveis resultados.

Com base nestes aspectos, a pesquisa indicou que a implantação de um programa de policiamento comunitário tem possibilidades de bons resultados quando houverem condições, à seguir descritas:

a) nas pequenas ou médias comunidades, mesmo pobres, existirem estruturas de organização social mínimas e haja a preservação de valores morais e éticos no seio da sociedade. Neste ponto a expectativa de desenvolvimento social conta com o apoio dos órgãos Governamentais locais em todos os momentos . É o caso das pequenas cidades brasileiras, onde, desconhecendo a filosofia do policial comunitário, o policial-militar a todos conhece e é conhecido;

b) em comunidades organizadas para promover a sua própria segurança, buscando por iniciativa própria, prestigiar o trabalho da polícia. Isto ocorre nas cidades medianas do país, ou mesmo nos bairros dos grandes centros urbanos onde a comunidade possui uma identidade tradicional entre seus moradores e passa a apoiar;

c) em localidades que crescerão junto com as estruturas de Governo Local. Bairros e vilas que foram se desenvolvendo à medida que o poder público dava suporte para o seu desenvolvimento. É o caso de vilas, bairros ou cidades que foram se desenvolvendo e adquirindo autonomia;

d) a polícia ostensiva da cidade desenvolve sua missão dentro de dois enfoques: o jurídico (órgão fiscalizador da lei atuando de forma preventiva para evitar e repressiva para coibir) e o social (o crime é um fenômeno social e a sua ocorrência está vinculado aos problemas da comunidade e não a ação mais ou menos enérgica da polícia). Portanto interpreta que a sua ação é proativa, como estabelece a doutrina;

e) o policiamento local possui um estreito relacionamento com outros órgãos públicos, principalmente os Chefes de Poder (prefeito, juizes, etc.), secretários e diretores.

Por outro lado, não será possível a implantação do policiamento comunitário num primeiro momento quando:

a) a comunidade não estiver organizada e não possuir valores morais e sociais bem definidos. Isto normalmente ocorre em favelas ou bairros edificados de forma aleatória. A ação da polícia não se faz presente, como polícia preventiva, mas sim como registradora de ocorrências policiais (principalmente as com mortes e drogas). Como há falta de tudo, a polícia também é vista como ambulância, carro de cadáver, transporte público emergencial, etc. (órgão assistencial);

b) houver a influência de organizações paralelas às existentes no Estado, sejam elas ilegais, político-partidárias ou de cunho ideológico. É o caso dos movimentos políticos, a participação de narcotraficantes no controle de morros e favelas ou loteadores clandestinos. Neste aspecto o ponto de confiança entre a polícia e a comunidade estará prejudicado, necessitando a participação de todo os poderes governamentais;

c) não existir a participação de outros órgãos públicos responsáveis pela promoção do respeito da dignidade humana. Onde não existe infraestrutura

Governamental e o Poder Público Local não se faz presente, não existe comunidade;

d) onde os índices de violência são alarmantes pelo próprio princípio da anomia, causados pela somatória dos fatores descritos. Neste ponto a ação da polícia quando repressora é considerada violenta; quando preventiva é considerada omissa ou conivente com a criminalidade;

e) o número de atendimento de ocorrências policiais é alto não possibilitando aos policiais realizar o contato próximo com a comunidade local. Isto associado à densidade populacional, incidência criminal, extensão geográfica e recursos empregados (viatura, efetivo, comunicação);

e) faltar prestígio aos órgãos de segurança pública pelo próprio governo que não estimula nem promove uma ampla melhoria deste serviço;

f) falta respeito ao serviço policial pelos órgãos de imprensa que ora utilizam a polícia como fonte de lucro pelo valor sensacionalista, ora creditam o aumento da violência social à violência policial.

Neste ponto, JORGE DA **SILVA**⁵ afirma:

Cumpra aos Governos (federal, estaduais e locais) promover estudos nesse sentido e elaborar programas com articulações entre os diversos setores organizados interessados na questão. Cumpra o Poder Público aglutinar as forças comunitárias e estabelecer, objetivamente, o que as comunidades podem fazer para se autoprotger contra a criminalidade e a violência, através do estabelecimento de “Programas Comunitários de Prevenção do Crime”, com o incentivo ao lazer, à educação e a atividades úteis, e “Programas de Autodefesa Comunitária”, em que a solidariedade e a cooperação com as pessoas sejam fomentadas e substituam o individualismo e a indiferença, e em que as atitudes de condescendência com criminosos e contraventores sejam substituídas por atitudes de indignação e repúdio, e em que o medo coletivo exacerbado seja substituído pela coragem moral. Neste esforço comunitário não terão vez o “não me comprometa”, o “não esquente a cabeça”, o “levar vantagem”, o “jeitinho brasileiro”, o “bom-moscismo” e a “esperteza”.

Por auto-segurança comunitária, entendemos aquelas medidas de ajuda ao Poder Público, à justiça e, particularmente, à polícia. Quando se fala em integração comunitária para a autoproteção, imagina-se que esta deva ser um esforço da polícia apenas. Como se fosse um simples componente estratégico da ação. Não se pode deixar à polícia a tarefa única de promover esta integração. Antes, é preciso que as autoridades governamentais e a própria população acreditem que isto seja necessário.

Contudo, há que se considerar que o policiamento comunitário não é elitizado nem prioriza elites ou sociedades que possuam recursos. O policiamento comunitário tem por fundamento a ação preventiva integrada à comunidade, e busca resgatar e manter valores sociais e morais. É um instrumento essencialmente democrático e só pode ser implantado onde haja o respeito pleno da dignidade humana.

Neste pensamento, argumenta **CARLOS ALBERTO DE CAMARGO**⁶

⁵ **SILVA**, Jorge da. Op. Cit. p.119.

⁶ **CAMARGO**, Carlos Alberto de Camargo. *Polícia, Sociedade e Criminalidade*. Folha de São Paulo. SP, 20 abr.1998. p.03.

A sociedade brasileira ainda não conseguiu consolidar um espírito de vida coletivo, em que haja uma rotineira participação construtiva, solidária e interessada de todos em projetos que busquem objetivos comunitários, com disposição de somar esforços e renunciar ao individualismo exacerbado. A acirrada competição, por outro lado, acaba estimulando constantes violações às normas que regulam a vida social. O brasileiro já banalizou a violação de normas: muitos incorporam essa prática à rotina de vida, como forma de obter vantagens. A própria violência está banalizada em determinados locais – as pessoas já não se chocam com ela, mas a adotam como situação natural. Pode ser paradoxal, mas quanto mais a polícia trabalha – e ela bate sucessivos recordes de prisões, apreensões de armas, etc. – mais demonstra à sociedade que o problema da violência não depende somente dela e, antes de tudo, deve ser atacado nas suas causas.

A questão da segurança pública está, portanto, vinculada à necessidade de mudança da sociedade no sentido de abandonar a indiferença, promovendo a participação solidária e o comportamento ético entre as pessoas. Ninguém fica mais digno com o vilipêndio da dignidade do próximo. Ao contrário: por ser a dignidade a principal característica da própria condição humana, todos perdemos quando alguém tem a sua vilipendiada.